

3 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 05/10/2023 A 13/10/2023 SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO Nº 0001008-51.2018.8.10.0026 – BALSAS 1º Apelante : Luis Fernando
Santos Viana Defensor Público : Samuel de Sousa Zacarias 2º Apelante :
Tiago Fonseca Mota Defensor Público : Samuel de Sousa Zacarias Apelado :
Ministério Público Estadual Relator : Desembargador Francisco RONALDO
MACIEL Oliveira EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. FURTOS QUALIFICADOS EM
CONTINUIDADE DELITIVA. TRÁFICO DE DROGAS E RECEPÇÃO. ABSOLVIÇÃO OU
DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS.
DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO INDEVIDA DA PENA-BASE. VALORAÇÃO INIDÔNEA
DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.
APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS A UM DOS
APELANTES. REDIMENSIONAMENTO DAS PENAS. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. I
– É inviável a absolvição dos Apelantes quando o acervo probatório
constante dos autos revelam a prova da existência do crime e autoria
delitiva. II – A premeditação, considerada como fator de majoração da
pena-base, constitui motivação idônea, nos termos da jurisprudência do
STJ. III – Os “graves prejuízos sociais”, considerados como fator de
majoração da pena, não constitui motivação idônea, haja vista que, nos
termos da jurisprudência do STJ, os danos gerais causados à saúde das
pessoas são consequências próprias do delito de tráfico de drogas e não
servem como suporte apto a aumentar a pena-base. IV – Considerando que o
Apelante Tiago Fonseca Mota é primário, sem antecedentes criminais,
inexistindo prova contundente nos autos de que se dedique à atividade
criminosa ou integre organização criminosa, a ele deve ser aplicada a
causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei
nº 11.343/06. V – Recursos parcialmente providos. ACÓRDÃO Vistos,
relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº
0001008-51.2018.8.10.0026, em que figuram como partes os retromencionados,
ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal
de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, de acordo, em
parte, com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, em DAR
PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto, nos termos do voto do
Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco
RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/relator), José Luiz Oliveira de
Almeida (vogal) e pelo Des. Vicente de Paula Gomes de Castro. Sessão
Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do
Maranhão, de 05/10/2023 a 13/10/2023. São Luís, 13 de outubro de 2023.
Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira Relator (ApCrim
0001008-51.2018.8.10.0026, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL
OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 31/10/2023)